



## **ESTUDOS DESENVOLVIDOS POR COLABORADORES DO BANCO DE PORTUGAL 2018-2019**

Em dezembro de 2017, no âmbito da fase inicial de implementação do Plano Estratégico para 2017-20, o Banco de Portugal aprovou e divulgou uma “[Agenda de Estudos](#)” com o objetivo de definir e dar a conhecer uma orientação geral sobre prioridades temáticas no que respeita a estudos a desenvolver pelos seus colaboradores até 2020. Em simultâneo com a aprovação da Agenda de Estudos, ficou também determinado um modelo de verificação anual da conformidade temática dos estudos produzidos com a referida Agenda, sendo que o primeiro exercício de avaliação teve lugar em janeiro de 2019 e abrangeu os estudos de autoria / coautoria de colaboradores do Banco:

- Que foram finalizados no decurso do ano de 2018;
- Que em 31/12/2018 ainda não se encontravam concluídos mas estavam numa fase de revisão final;
- Que em 31/12/2018 estavam em preparação;
- Ou ainda, que estão planeados para ter início em 2019.

Com base na informação recolhida para efeitos da realização deste exercício de avaliação, de seguida apresenta-se uma caracterização genérica dos estudos produzidos por colaboradores do Banco de Portugal. Clarifique-se que só foram considerados “estudos” (de natureza empírica e/ou teórica) os trabalhos com utilização de aparato analítico sustentado e com alguma generalidade de propósito. Adicionalmente, só foram abrangidos pelo conceito “estudo” os textos com autor(es) explícita e individualmente identificado(s). Quando tomados em conjunto, estes critérios excluem trabalhos que correspondem a meros resumos de bibliografia económica ou jurídica, bem como a pareceres sobre questões jurídicas muito específicas, ou ainda que sejam preparados como textos institucionais não assinados para divulgação nas publicações do Banco. Refira-se ainda que não foi imposta qualquer restrição sobre o canal de divulgação dos trabalhos. Tal significa que foram tidos em conta quer estudos para divulgação pública (através de canais do Banco ou externos, por exemplo revistas científicas), quer estudos que revestem uma natureza confidencial devido à sensibilidade da informação e/ou das conclusões reportadas.<sup>1</sup>

No total, foram inventariados 221 estudos de colaboradores do Banco de Portugal. O **Quadro 1** apresenta a informação sobre o número de estudos para cada estado de desenvolvimento dos projetos, recorrendo a dois indicadores: “número não ponderado” e “número ponderado”. Para o primeiro destes indicadores, cada estudo reportado contribui com uma unidade para a contagem, independentemente de ter também coautores que não são colaboradores do Banco de Portugal. Assim, para um estudo da coautoria de vários técnicos, basta que apenas um dos coautores seja colaborador do Banco para que esse estudo contribua com uma unidade para o indicador “número não ponderado”. Já no que respeita ao indicador “número ponderado”, se para um dado estudo houver coautoria de mais do que um técnico, só releva para este segundo indicador a proporção de colaboradores do Banco de Portugal no número total de coautores. Por exemplo, uma coautoria num estudo com dois autores acrescenta 1/2 ao “número ponderado”, uma coautoria num estudo com três autores adiciona 1/3 ao indicador ponderado, etc.

---

<sup>1</sup> Em algumas situações o tipo de divulgação só é decidido / autorizado após a elaboração do estudo, ou numa fase avançada da mesma.



**Quadro 1**  
**Número de estudos desenvolvidos por colaboradores do Banco**

	Número de estudos	
	Não ponderado	Ponderado
<b>Finalizados em 2018</b>	47	33,9
<b>Em revisão no final de 2018</b>	16	9,3
<b>Em curso no final de 2018</b>	97	68,0
<b>Com início planeado para 2019</b>	61	56,0
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>	<b>167,1</b>

Nota: Nos valores não ponderados, os estudos desenvolvidos em coautoria com técnicos de outras instituições contribuem com uma unidade para a contagem. Nos valores ponderados, cada estudo só entra na contagem na proporção do número de coautores que são colaboradores do Banco. Por exemplo, um estudo em coautoria de dois técnicos em que apenas um deles pertença ao Banco contribui para o valor ponderado do indicador com 0,5 (se forem três coautores, e apenas um pertencer ao Banco, contará 0,33, etc.).

Em 2018, foram finalizados 47 estudos, a que se podem adicionar mais 16 estudos que no final do ano estavam em fase terminal de revisão (tipicamente associada a alterações na sequência de submissões para publicação em revistas científicas). Quando se utiliza o critério ponderado, há uma redução de cerca de 30% na contagem de estudos finalizados ou em revisão, de 63 para 43 resultante da colaboração intensa com coautores afiliados em outras instituições. Saliente-se, a propósito e como é confirmado pela *newsletter* “[Spillovers](#)”, o ano de 2018 pautou-se por sucessos muito meritórios na publicação em boas revistas científicas de artigos da autoria ou coautoria de colaboradores do Banco.

Em relação aos estudos que no final de 2018 se encontravam em curso, os números não ponderado e ponderado são respetivamente 97 e 68. Na contabilização dos estudos com início planeado para 2019, obtém-se 61 e 56 nos critérios não ponderado e ponderado, também respetivamente.

O **Quadro 2** complementa a caracterização genérica inicial do Quadro 1 com uma classificação dos autores por afiliação. Constata-se que na preparação dos 221 estudos estiveram, estão ou estarão envolvidos 117 colaboradores do Banco. Mas o número mais marcante é o número de coautores externos que participam nesses estudos, num total de 146, dos quais 30 do Eurosistema, 13 de bancos centrais não pertencentes ao Eurosistema, 25 de universidades portuguesas e 65 de universidades estrangeiras.<sup>2</sup> É também significativo, conforme patente no **Quadro 3**, que em mais de 40% dos estudos inventariados estejam envolvidos coautores não afiliados no Banco de Portugal, o que demonstra a existência de fortes laços de colaboração técnica entre colaboradores do Banco e investigadores universitários e de outros bancos centrais.

<sup>2</sup> No número de coautores do Eurosistema estão incluídos dois “autores coletivos” representados como membros de grupos técnicos que funcionam sob a égide do Comité de Política Monetária (reportando a subestruturas deste).



**Quadro 2**  
**Número de autores por afiliação**

	<b>Número</b>
<b>Colaboradores do Banco de Portugal</b>	<b>117</b>
<b>Coautores de outras instituições</b>	<b>146</b>
<b>Eurosistema</b>	<b>30</b>
<b>Instituições nacionais</b>	<b>30</b>
das quais: Universidades	25
<b>Outras</b>	<b>86</b>
das quais: Bancos centrais fora da AE	13
das quais: Universidades	65

Nota: O número de coautores com afiliação no Eurosistema inclui dois autores coletivos constituídos pelos membros do "WGEM Team on the Natural Rate of Interest" e do "WGF Wage Expert Group" (ambos funcionam sob a égide do Comité de Política Monetária do Eurosistema).

**Quadro 3**  
**Número de estudos com coautores de outras instituições**

	<b>Número de estudos</b>	
	<b>Total (não ponderado)</b>	<b>dos quais: com coautores externos</b>
<b>Finalizados em 2018 ou em revisão final</b>	63	35
<b>Em curso no final de 2018</b>	97	52
<b>Com início planeado para 2019</b>	61	10
<b>TOTAL</b>	<b>221</b>	<b>97</b>

O **Quadro 4** distribui os estudos desenvolvidos por colaboradores do Banco de Portugal de acordo com os vários temas e subtemas previstos na classificação temática associada à Agenda de Estudos. Uma primeira constatação é a de que o subtema 2.1 (designado "O crescimento económico português no contexto da área do euro: constrangimentos e sustentabilidade"), independentemente da fase de desenvolvimento dos estudos, foi a classificação escolhida em quase metade deles. A preponderância deste subtema fica ainda mais saliente quando também se têm em conta as classificações temáticas secundárias (apresentadas entre parênteses no Quadro 4).<sup>3</sup> Dada a abrangência da designação do tema 2.1, esta dominância é compreensível. Também se percebe porque é que o subtema 1.1 ("A política monetária após a crise") aparece como segundo mais referenciado, tendo em conta a participação dos colaboradores do Banco nas estruturas técnicas de articulação da política monetária única e a necessidade de apoiar a participação do Governador no Conselho do BCE.

<sup>3</sup> A cada estudo foi atribuída uma classificação temática "primária" e, opcionalmente, uma classificação temática secundária.



**Quadro 4**  
**Número de estudos por classificação temática**

	Finalizados em 2018 ou em revisão no final do ano	Em curso no final de 2018	Planeados com início em 2019
<b>1. Novos desafios à política monetária e à estabilidade financeira</b>			
1.1 A política monetária após a crise	14 (1)	20	13
1.2 A intermediação financeira	11 (3)	17 (4)	7 (1)
1.3 Política e regulação prudenciais	3	3 (1)	9 (2)
<b>2. O crescimento económico português no contexto da área do euro: constrangimentos e sustentabilidade</b>			
2.1 Diagnosticar e compreender a economia portuguesa	25 (8)	41 (12)	23 (6)
2.2 Perspetivar o futuro da economia portuguesa	2	7	8 (2)
<b>3. O futuro das instituições e políticas públicas em Portugal e na União Europeia</b>			
3.1 Instituições na área do euro e na União Europeia	4	2 (1)	0
3.2 Políticas económicas em Portugal: avaliação e lições para o futuro	2 (3)	5 (3)	1 (2)
<b>Sem classificação</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>97</b>	<b>61</b>

Nota: Entre parênteses é indicado o número de estudos com aquela classificação temática como secundária (os números que não estão entre parênteses respeitam a classificações temáticas primárias).

Por último, no **Quadro 5** cruza-se a classificação temática do Quadro 4 com uma classificação básica por natureza do estudo, que distingue entre estudos predominantemente conceptuais / teóricos e estudos com predominância empírica, admitindo dois subtipos para cada uma destas categorias. Como é compreensível e expectável num banco central, a grande maioria dos estudos desenvolvidos tem uma natureza predominantemente aplicada, sendo enquadrada por alguns estudos de natureza mais conceptual / teórica. Ora, é isso precisamente que se observa no Quadro 5, em que cerca de 1/4 dos estudos têm uma natureza conceptual/teórica e os restantes têm uma natureza sobretudo empírica.

Em **conclusão**, as estatísticas apresentadas demonstram que o Banco de Portugal tem uma intensa atividade na produção de estudos sobre matérias relacionadas com as suas responsabilidades estatutárias. Designadamente, a intensa atividade na produção de estudos é crítica em termos de apoio à participação nos comités e grupos de trabalho de articulação técnica do Eurosistema e da União Bancária, bem como de sustentação da sua função de aconselhamento sobre política económica portuguesa. O sucesso continuado na publicação de artigos nas melhores revistas científicas internacionais nas áreas de economia e finanças<sup>4</sup> complementa esta dimensão quantitativa com a dimensão qualitativa traduzida pelo reconhecimento científico de muitos dos estudos produzidos por colaboradores do Banco de Portugal. De facto, a capacidade de influência do Banco de Portugal nos *fora* nacionais, europeus e internacionais em que participa não se exerce apenas pelos resultados de estudos específicos sobre as matérias em discussão, mas resulta também, e muito, do reconhecimento da reputação técnica dos colaboradores do Banco de Portugal pelos seus pares que participam nesses *fora*.

<sup>4</sup> Como referido anteriormente, a *newsletter* “*Spillovers*” inclui em cada semestre uma listagem dos estudos da autoria / coautoria de colaboradores do Banco de Portugal que são aceites para publicação em revistas científicas.



**Quadro 5**  
**Número de estudos cruzando classificações temática e por natureza**

Finalizados em 2018 ou em revisão no final do ano

	TOTAL	A predominantemente conceptual/teórico		B predominantemente aplicado		C Nenhum dos anteriores
		A.1 Economia / finanças / direito	A.2 Estatística / econometria	B.1 Portugal e/ou área do euro	B.2 Outros países / regiões	
		<b>1. Novos desafios à política monetária e à estabilidade financeira</b>				
1.1 A política monetária após a crise	14	3	3	6	2	
1.2 A intermediação financeira	11		1	9	1	
1.3 Política e regulação prudenciais	3	1		2		
<b>2. O crescimento económico português no contexto da área do euro: constrangimentos e sustentabilidade</b>						
2.1 Diagnosticar e compreender a economia portuguesa	25	2	2	18	3	
2.2 Perspetivar o futuro da economia portuguesa	2		1	1		
<b>3. O futuro das instituições e políticas públicas em Portugal e na União Europeia</b>						
3.1 Instituições na área do euro e na União Europeia	4	1		3		
3.2 Políticas económicas em Portugal: avaliação e lições para o futuro	2			2		
Sem classificação	2				1	1
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>41</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Em curso no final de 2018

	TOTAL	A predominantemente conceptual/teórico		B predominantemente aplicado		C Nenhum dos anteriores
		A.1 Economia / finanças / direito	A.2 Estatística / econometria	B.1 Portugal e/ou área do euro	B.2 Outros países / regiões	
		<b>1. Novos desafios à política monetária e à estabilidade financeira</b>				
1.1 A política monetária após a crise	20	4	1	15		
1.2 A intermediação financeira	17	6		9	2	
1.3 Política e regulação prudenciais	3	2		1		
<b>2. O crescimento económico português no contexto da área do euro: constrangimentos e sustentabilidade</b>						
2.1 Diagnosticar e compreender a economia portuguesa	41	2		38	1	
2.2 Perspetivar o futuro da economia portuguesa	7	1		6		
<b>3. O futuro das instituições e políticas públicas em Portugal e na União Europeia</b>						
3.1 Instituições na área do euro e na União Europeia	2			2		
3.2 Políticas económicas em Portugal: avaliação e lições para o futuro	5			5		
Sem classificação	2		1			1
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>76</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Planeados com início em 2019

	TOTAL	A predominantemente conceptual/teórico		B predominantemente aplicado		C Nenhum dos anteriores
		A.1 Economia / finanças / direito	A.2 Estatística / econometria	B.1 Portugal e/ou área do euro	B.2 Outros países / regiões	
		<b>1. Novos desafios à política monetária e à estabilidade financeira</b>				
1.1 A política monetária após a crise	13	2	1	10		
1.2 A intermediação financeira	7		1	6		
1.3 Política e regulação prudenciais	9			9		
<b>2. O crescimento económico português no contexto da área do euro: constrangimentos e sustentabilidade</b>						
2.1 Diagnosticar e compreender a economia portuguesa	23	2	3	18		
2.2 Perspetivar o futuro da economia portuguesa	8		4	4		
<b>3. O futuro das instituições e políticas públicas em Portugal e na União Europeia</b>						
3.1 Instituições na área do euro e na União Europeia	0					
3.2 Políticas económicas em Portugal: avaliação e lições para o futuro	1			1		
Sem classificação	0					
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>48</b>	<b>0</b>	<b>0</b>